

**Maria Antónia Pires de Almeida, *Saúde e Higiene na Imprensa Diária em Anos de Epidemias, 1854-1918*, vol. 2, coleção CIUHCT, Lisboa, Edições Colibri, 2013, 260 p.**

Sob o título *Saúde e Higiene na Imprensa Diária em anos de Epidemias, 1854-1918*, Maria Antónia Pires de Almeida apresenta os resultados da investigação que desenvolveu, no âmbito do projeto “Folheando jornais: uma janela aberta para as representações de ciência e tecnologia na imprensa periódica portuguesa (1900-1926)”, no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), entre 2008 e 2011.

A autora define claramente o objetivo primordial a que se propôs: “analisar o modo como o conhecimento científico chegava ao cidadão comum, utilizando a imprensa generalista como fonte principal” (p. 8). Temática pertinente, num momento charneira no que concerne às ciências, onde se incluem as ciências biomédicas, como o foi o século XIX e o início do século XX. Se, por um lado, é neste período que as ciências conhecem avanços muito significativos como nunca até então, por outro lado, a larga maioria da população, nomeadamente a portuguesa, vivia diariamente exposta a inúmeros perigos que atentavam contra a sua saúde, o que se refletia na elevadíssima mortalidade. Refira-se a péssima alimentação consumida, em fraca qualidade e quantidade, as insalubres e exíguas habitações e o trabalho em condições extenuantes, ao que se associava a crónica falta de higiene, tanto individual como coletiva, e a profunda resistência em alterar muitos destes perniciosos velhos hábitos. Neste âmbito, a imprensa generalista assumiu um papel preponderante na chamada de atenção das autoridades e da sociedade para as questões da higiene e da saúde pública, divulgando conhecimentos e inculcando, de forma por vezes persistente, novas práticas alicerçadas no progresso científico e veiculadas pelo discurso médico.

Assim sendo, e partindo da premissa de que é em momentos de crise sanitária que melhor se pode perceber o quotidiano de uma sociedade, testando as suas fragilidades, a sua capacidade de resposta e a sua resiliência, ou a falta dela, Maria Antónia Almeida fixou cinco surtos epidémicos ocorridos em três momentos distintos: cólera (1855), peste bubónica (1899), tifo exantemático, gripe pneumónica e varíola (1918). A investigação alicerçou-a na recolha sistemática e exaustiva das notícias, artigos desenvolvidos e anúncios relativos à saúde e higiene publicados nos anos de 1854, 1855, 1865, 1899 e 1918, em quatro jornais diários de tiragem nacional: *O Comércio do Porto*, *O Eco Popular*, com sede no Porto, *O Século* e o *Diário de Notícias*, publicados a partir de Lisboa. Deste levantamento rigoroso, e por certo demorado, resultou

uma base de dados com cerca de 6700 entradas, cuja análise lhe permitiu a produção de conhecimento relevante, numa perspetiva abrangente, a partir de diversos pontos de vista de uma mesma realidade, não só dos editores e redatores dos periódicos, mas também das autoridades, da classe médica e da sociedade civil.

Como se sabe, embora a ética jornalística pugne pela imparcialidade, a tomada de posições é, por vezes, muito clara nos textos publicados nos periódicos, mesmos em artigos de carácter noticioso, onde a opinião do redator e/ou do editor é facilmente perceptível. São disso exemplo, no caso das notícias analisadas por Maria Antónia Almeida, a explícita condenação das medidas de restrição à mobilidade de pessoas e mercadorias, com particular destaque em 1899, impostas pelo Governo, sediado na capital, e consideradas extremamente nefastas para a economia do Porto, o que os jornais portuenses fizeram questão de denotar, na maioria das vezes de forma irascível.

É consciente a opção da autora pelo recurso a longas citações dos jornais que consultou, facultando ao leitor um contacto muito direto com a informação primária recolhida nas fontes. O discurso direto, permitindo que as fontes falem por si mesmas, deixando, algumas vezes, para segundo plano, mas não excluindo totalmente, a interpretação que está subjacente a qualquer investigação, aproxima e transporta-nos para o universo jornalístico da segunda metade do século XIX e início do século XX, conduzindo-nos a autora ao longo da evolução não só do próprio discurso como do desenvolvimento do conhecimento e da informação divulgada a um público não especializado, mas cada vez mais interessado nas questões da higiene e da saúde pública.

O livro divide-se em quatro capítulos, acrescidos da introdução, da conclusão, de uma extensa lista bibliográfica e ainda, em anexo, de um quadro que sistematiza informação relativa às epidemias abordadas.

No primeiro capítulo a autora detém-se na epidemia de cólera que, proveniente da Ásia, assolou também o nosso país em 1855. Embora no início deste surto a existência de casos de cólera tenha sido encoberta, o que se verificou ser uma atitude recorrente perante cada uma das crises sanitárias analisadas, a imprensa não se coibiu, posteriormente, de lhe dar amplo destaque, em particular nos meses de agosto, outubro e novembro de 1855. Ao publicarem as medidas profiláticas oficiais, as preocupações das autoridades e várias opiniões médicas, assim como denúncias recorrentes de situações consideradas favoráveis à disseminação da doença, os jornais assumiram uma função eminentemente educadora junto da população. Muito embora a etiologia da cólera fosse conhecida desde 1854, identificada pelo clínico inglês John Snow, a sua divulgação fora de uma comunidade científica restrita ainda não se verificava.

Realidade que, como conclui Maria Antónia Almeida, se mantinha quando da epidemia colérica de 1865, ao continuar a ser veiculado que a doença se devia ao ar, à alimentação e ao medo.

As consequências da epidemia de peste bubónica, que assolou o Porto em meados de 1899, ultrapassaram o âmbito de uma grave crise sanitária e, como tal, o assunto foi largamente tratado nas páginas dos jornais. A autora dedica-lhe o segundo capítulo desta obra, o mais extenso, dado o volume, a riqueza e a variedade de informação recolhida, fruto do acérrimo debate que a questão suscitou na sociedade. Depois do período de negação da existência de qualquer epidemia, segundo a autora por receio das consequências económicas daí decorrentes, seguiu-se a contestação, por vezes violenta, das medidas decretadas pelas autoridades. O estabelecimento de um cordão sanitário, as restrições à circulação, bem como as desinfecções de pessoas e mercadorias provocaram reações exacerbadas, nomeadamente dos setores da indústria e comércio portuenses, atingindo esta crise uma dimensão política de carácter nacional.

O terceiro capítulo, Maria Antónia Almeida reserva-o para três epidemias que acometeram o país em simultâneo no ano, particularmente difícil, de 1918. O tifo exantemático, provocado por uma bactéria transmitida pelo piolho, encontrava na miséria da população, agravada em grande medida pelo clima de guerra, o meio ideal para se disseminar. Não lhe sendo exclusivo, foi no Porto que o tifo exantemático se manifestou com maior severidade, assunto ao qual, como o demonstra a autora, os jornais prestaram atenção noticiosa, principalmente em março de 1918, quando se registou o pico epidémico. O interesse no tifo exantemático só foi suplantado quando começaram a surgir as primeiras notícias da gripe pneumónica, cuja primeira vaga ocorreu ainda durante a primavera e o início do verão de 1918. Embora esta tenha sido, e ainda hoje é, considerada a pior catástrofe sanitária do século XX, estimando-se uma mortalidade mundial que poderá ir dos 50 aos 100 milhões de pessoas, a autora constata que dada a concomitância da Grande Guerra, acontecimento que marcou de forma indelével a sociedade, houve a forte tendência dos editores para darem particular destaque à guerra, remetendo as notícias sobre a pandemia de gripe pneumónica para um segundo plano. Em todo o caso, os jornais, como era hábito em situações similares, publicaram conselhos práticos e medidas profiláticas numa tentativa, neste caso infrutífera, de suster a propagação da doença. Além disso, foram uma voz ativa na denúncia de situações consideradas propícias à disseminação da epidemia, como o contínuo desleixo tanto das autoridades como da população em questões de higiene pública, vistos como focos de infeção, criticando amiudadas vezes a total inércia dos agentes sanitários com responsabilidades nestas matérias.

No que concerne à epidemia de varíola declarada entre junho a dezembro de 1918, embora um pouco ofuscada nas folhas noticiosas pelas restantes circunstâncias da atualidade da época, e sendo uma doença endêmica, a gravidade e o extraordinário aumento do número de casos neste período determinou a tomada de medidas por parte das autoridades, colocando em ação um intenso plano de vacinação e revacinação. A esta ação reporta-se igualmente Maria Antónia Almeida, colhendo nas páginas dos jornais, por um lado, a preocupação das entidades políticas e sanitárias e, por outro, o pavor e a resistência da população em proceder à inoculação, dada a familiaridade das pessoas com a mesma. Verificou-se, neste caso, uma preciosa articulação entre vários setores da sociedade, onde a imprensa assumiu um papel preponderante na divulgação da informação, para instigar a população relutante em ser vacinada, publicitando largamente os locais e as entidades onde a vacina era ministrada.

No quarto e último capítulo a autora faz ainda uma incursão, pormenorizada e bem documentada, pelos muitos anúncios que na época publicitavam os produtos relacionados com a saúde e a higiene, demonstrando uma clara prevalência destes sobre os demais artigos anunciados, o que reforça, uma vez mais, o interesse e centralidade destas questões na sociedade da época.

A partir da análise detalhada dos anúncios, foi possível a Maria Antónia Almeida não só reforçar a perceção aferida nos capítulos anteriores da prevalência do interesse do público geral na higiene e na saúde pública e, ao mesmo tempo, antever os avanços dos conhecimentos e das técnicas médicas e farmacêuticas, mas também vislumbrar uma evolução do próprio processo de divulgação destes produtos.

Posto isto, Maria Antónia Almeida consubstancia neste livro a recolha e o tratamento de informação de elevada relevância, numa temática de manifesto interesse para a comunidade científica. É por esta razão um ponto de chegada, considerando o valioso conhecimento obtido a partir do manancial de informação histórica que pode ser recolhido de fontes tão extraordinárias como o são os periódicos. Mas esta obra é simultaneamente um ponto de partida, um abrir de portas, para investigações subsequentes, em áreas transversais a inúmeras aceções de uma mesma realidade.

ANA MARIA DIAMANTINO CORREIA  
Doutoranda em História – FLUC  
Colaboradora do CHSC-FLUC  
anamariadcorreia@gmail.com